

A AMBIGUIDADE DOS LETRADOS E O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA NO BRASILⁱ

João Wanderley Geraldiⁱⁱ

Resumo: A predominância do português no Brasil conta com mais ou menos 250 ou 300 anos. Antes predominaram as duas línguas gerais, uma baseada no Jê (no norte) e outra no tupi-guarani (na costa). A política linguística do gabinete do Marquês de Pombal, ao proibir as línguas gerais em 1749, começa efetivamente a implantação da língua portuguesa. Provavelmente seríamos bilíngues não fosse esta política. Somente 100 anos depois a questão da língua passa a ser focalizada, com os indigenistas. Desde então, há uma posição dúbia dos letrados em relação aos falares do povo brasileiro, que oscila segundo as condições políticas: em épocas de concentração do poder, uma aproximação; em épocas de estado de direito, uma desaprovação. Este movimento pendular tem reflexos nos objetivos e objetos de ensino escolar sobre os quais será necessário debruçar-se.

Abstract: The predominance of the Portuguese language in Brazil has been a fact for about 250 or 300 years. Before the two general predominant languages, one based on Jê (in the north) and another based on the Tupi-Guarani (on the coast). The language policy of the cabinet of the Marquês de Pombal who prohibited the general languages in 1749 effectively started the deployment of the Portuguese language. We would probably be bilingual if it was not for that policy. Only 100 years after the issue of language has started to be analyzed by the indigenious. Since then there's been a dubious position of scholars in relation to the different talk spoken by the people which dangles under the political conditions: in times of concentration of power there's an approximation but in times of state law there's a disapproval. This pendulum is reflected on the goals and objects of schooling on which we're going to analyze.

ⁱ Palestra proferida durante o XVII EBEL – Encontro Baiano de Estudantes de Letras, UESC, 16.11 2013. Este texto retoma textos anteriores e foi organizado especificamente para esta exposição.

ⁱⁱ Docente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Brasil. E-mail: jwgeraldi@yahoo.com.br

1 Os letrados e suas oscilações

Nós temos mais ou menos só 250 anos de implantação do Português no Brasil. Nós sempre esquecemos disto. É o Marquês de Pombal e a política do seu gabinete que proíbe o uso das línguas gerais, que foram duas. Uma no norte, no Grão-Pará, e outra da costa, de base tupi-guarani (o Nheengatu, a “boa língua” de que nos resta a Arte da Gramática de Anchieta). A presença da língua geral era tão forte que, a propósito da situação, em meados do século XVII, Vieira escreve que as famílias dos portugueses e dos índios estavam tão ligadas, que a língua que nelas se falava era ‘a língua dos índios’, e que os filhos de portugueses somente iriam aprender a Língua Portuguesa na escola (cf. Soares, 1996).

A emergência das línguas gerais, resultado do contato entre um povo falante de uma única língua – os colonizadores – e uma população distribuída em várias nações de diferentes línguas, mostra que os processos interativos, as necessidades da vida foram mais fortes do que a língua trazida pelos colonizadores. Certamente, o interesse dos portugueses era muito mais de exploração imediata das possíveis riquezas do novo território, mas também há um fato incontestável: a presença dos colonizadores aproximou as nações indígenas entre si, o que lhes exigiu a construção de uma língua de contato. Não fosse a política linguística do gabinete do Marquês de Pombal, hoje seríamos um país, no mínimo, bilíngue¹. Tivesse sido outra a história, poderíamos estar às voltas com os mesmos problemas linguísticos enfrentados pelas antigas colônias portuguesas da África, como Cabo Verde, Moçambique etc., ou enfrentando as mesmas discussões entre o português e o *totum* como acontece no libertado Timor Leste².

Digamos que de 1750 a 1850, portanto até meados do século XIX, houve no Brasil uma política linguística de glotocídio, uma política inicialmente da metrópole, e também depois do país já independente. Quer dizer, uma política de glotocídio acompanhada do genocídio histórico das populações indígenas. Implanta-se o português. Os colonizadores foram muito bem sucedidos nesse sentido, pois em menos de 100 anos, um país do tamanho do nosso já fala o português (ou os vários “portugueses”). Isso é um sucesso espetacular em

1 Obviamente sei que a unidade linguística em torno do português é uma afirmação falsa, porque esquece as minorias linguísticas existentes no país.

2 Isto não quer dizer que nossa situação é melhor do que aquela enfrentada pelos países africanos, oficialmente de língua portuguesa.

termos linguísticos. Obviamente, nós somos plurilíngues, temos 180 línguas indígenas, mais umas 20 outras línguas faladas no Brasil (de imigrantes), mas na verdade, a língua nossa, de uso comum é o português.

É em meados do século XIX que pela primeira vez aparece a questão da língua no ambiente cultural da “inteligência brasileira”. Os letrados latino-americanos em geral, em todas as nossas cidades, formaram uma espécie de um anel em torno do poder³. Mesmo Machado de Assis, por exemplo, apesar da sua genialidade, circula em torno do poder, jamais em torno de sua própria etnia.

Chamo atenção para um fenômeno marcado na língua: o gesto de escrever, a escritura, é também o documento pelo qual se garante cartorialmente a propriedade. É por uma escritura pública que você adquire a propriedade da terra. A expressão *escritura* tanto nos serve para definir um certo modo de escrever, quanto um certo modo de propriedade. Para além dos *grafitis*, das *pichações* e outras raras escritas nos muros da cidade, talvez a escritura pública de propriedade seja uma das poucas escritas públicas deste país, ainda hoje. E ambas serem *escritura* são resquícios dessa relação entre letrados e poder.

Voltemos a meados do século XIX e tomemos José de Alencar como um nome mnemônico dessa época do segundo Império, com o poder centralizado na figura do Imperador, com Assembleia praticamente nomeada pelo Imperador. Estávamos sob a Monarquia, e um intelectual como José de Alencar, mas não só ele, todos os indianistas, escrevem em português trazendo o mundo indígena para dentro das letras – não só como heróis mitificados e mistificados, mas também alterando sintaxe e vocabulário do português. José de Alencar é um bom exemplo, porque dirá que cabe ao povo criar a língua, e cabe ao escritor burilar as criações e fazer com que essas criações entrem no sistema da língua. Eis que encontramos aí um papel linguístico atribuído ao povo: o da criação. Efetivamente só vira língua depois que passou pelos grandes escritores, mas se dá ao povo o direito de ser criativo em termos de linguagem como se dissessem: vocês podem criar, depois nós apadrinhamos as suas criações que julgarmos adequadas e as criações assim apadrinhadas por nós passam a ser legitimamente portuguesas. Um resquício deste espírito? Nossa preocupação em usar

³ A propósito, ver Rama (1985)

palavras dicionarizadas, como se o dicionário as tornasse adequadas. Não está no dicionário, não faz parte da língua. Glotocídio e cartorialmente estão devidamente sublinhadas em vermelho pelo meu computador, como a me dizer: procure outra expressão adequada!!!

Em 1889, inauguramos a República por uma sequência de ditaduras militares: Deodoro e Floriano são militares que assumem o governo. Somente no alvorecer do século XX, teremos a primeira eleição para Presidente. A partir daí temos um Estado de direito, um conjunto de leis, com a distribuição do exercício do poder definida. Não há mais a concentração do poder na figura do Imperador ou dos ditadores. O poder se exerce segundo certas regras estabelecidas e de forma compartilhada por vários agentes sociais.

O que acontece na “inteligência nacional” como fenômeno mais importante na área de linguagem nos anos 900 é o debate entre Rui Barbosa e Carneiro Ribeiro a propósito da correção gramatical do Código Civil. Não interessa que o código civil trate, nesta época, a mulher como inferior e subordinada ao homem – a falta da virgindade era motivo de anulação de casamento enquanto vigorou este Código - mas interessava se deveria ou não haver uma vírgula. E isto se discutiu publicamente, na revisão do código, com direitos a réplicas e trélicas. Monumentos de nossa cultura, até hoje reverenciáveis.

Isso revela um período em que a “inteligência nacional” é extremamente marcada pelo purismo linguístico. Se você tem um Estado de direito, que se democratiza pelos processos republicanos, então o poder passa a ser compartilhado, quer dizer, é alargado o número de pessoas que exercem o poder e, nesse momento, é preciso ‘reconhecer’ que o povo não sabe falar, que é preciso corrigir o português desse povo. Por isso, o poder deve ficar restrito às elites econômicas e culturais. São deste período as velhas crônicas jornalísticas com discussões de “firulas gramaticais”. É do contexto dessas discussões que surgem livros como o de Cândido Figueiredo ou de Paulino de Brito, a propósito da sintaxe de colocação dos pronomes. Bem mais tarde aparecerá o poema de Manuel Bandeira ridicularizando as regras de colocação de pronomes que proíbem iniciar uma frase com um pronome oblíquo. E não são somente eles, nem somente no que hoje chamaríamos de ‘grande

imprensa'. Discutir correção gramatical é também uma ação da imprensa negra!⁴

Em 1922, a “inteligência nacional”, especialmente os artistas plásticos, se une na Semana da Arte Moderna, com um pouco de atraso em relação ao resto da Europa, em nome do Modernismo. Esse Modernismo não é tão moderno na área da poética e da literatura: representa-as Graça Aranha! Somente mais tarde, na área da arte verbal, chegará de pleno o modernismo, marcado pelas obras dos Andrades: Mário de Andrade e Oswald de Andrade⁵. Jorge Amado começa sua vasta produção precisamente durante este período. E em termos de construção linguística, é um autor que traz para seu texto a linguagem popular.

E o que temos politicamente? Temos a ditadura Vargas. A “inteligência nacional” perde o poder, que já não é mais exercido segundo regras estabelecidas com certa distribuição de suas benesses. E quando os letrados perdem o poder, eles se aproximam do povo, inclusive admitindo que se fale de outros modos.

1945, final da ditadura Vargas. Em 1946, temos nova Constituição, e um Estado de direito mais uma vez nestas nossas raras experiências de democracia formal durante o século XX. Estamos na segunda República. Nesse período, a “inteligência nacional” retorna à questão da língua. São dessa época as publicações das gramáticas que até hoje continuam sendo reeditadas, com exceção da gramática de Rocha Lima. A 2ª edição de Napoleão Mendes de Almeida é de 1948 (não consegui acesso à primeira edição); Celso Luft escreve sua primeira gramática nesse período e na área da Literatura surge a geração de 45, que não é composta apenas por Drummond. Há entre eles poetas extremamente puristas em termos de linguagem (que o nome do mineiro Abgar Renault sirva de exemplo). Essa geração, incluindo mesmo João Cabral de Melo Neto, é extremamente purista em termos de

4 Getulino, um jornal da imprensa negra de Campinas, da década de 1920, também publica discussões deste tipo, conforme a tese de doutoramento de José Geraldo Marques “Imprensa e resistência negra: o projeto integracionista em discursos do Getulino. Tese de doutoramento em Linguística, Unicamp. Data de defesa: 21.02.2008.

5 Mário de Andrade escreveu anos antes do início da ditadura uma gramatiquinha do português, dentro do espírito modernista. Mas seus escritos passam a ter ressonância mesmo depois de 1930, porque suas mais importantes obras serão desta década. Aqui, como em todos os outros períodos assinalados, há interpenetrações. As datas não são rígidas: tratam-se de períodos mais ou menos equivalentes, até porque nas práticas sociais e escolares se antecipam ou são decorrências das situações políticas.

correção linguística, ainda que ideologicamente sejam “de esquerda”. Novamente Jorge Amado é um exemplo, mas já em 1959 há uma mudança de rota em seus romances: mantém-se a forma, mas orienta-se muito mais para os costumes do que para a realidade social tão bem retratada em “Capitães da Areia”. Note-se que mesmo um socialista posteriormente perseguido pela próxima ditadura, como Houaiss, é um filólogo extremamente exigente e formal. O dicionarista é até muito aberto a novidades: para ele a riqueza de um idioma se ‘mede’ também pelo número de itens lexicais. Em certo sentido, Houaiss é um José de Alencar de um século depois.

A questão da gramática, da correção gramatical e do ensino da gramática permanece como uma característica da formação da “inteligência nacional”, dos anos 1945 até mais ou menos os anos 1960. Em 1964, novo golpe militar. A Universidade é esvaziada por cassações de direitos políticos e aposentadorias obrigatórias. Os letrados são aliados do poder, em benefício dos milicos e seus supostos técnicos. Alguns destes técnicos estão até hoje em nossa política, como Delfim Neto, um dos signatários do AI-5. Não podemos negar um paradoxo: para obter e manter apoio na classe média, a ditadura de então produz uma expansão da oferta educacional, a enorme custo social. A escolaridade básica passa de 4 para 8 anos; o ensino superior se interioriza e se expande com queda de qualidade e pela rede privada de ensino. Mas é inegável uma democratização do acesso à escolaridade. Certamente estariam os letrados até hoje discutindo se haveria ou não condições de um ensino fundamental de oito anos no Brasil!!! Que sirva de exemplo o tempo que ficamos discutindo a implantação do ensino básico de 9 anos!

O golpe militar se firma de fato em 1968 com o AI-5. Nos quatro primeiros anos do Castelo Branco, ainda colocávamos a cabeça para fora, chegando até a haver um candidato à sucessão do Castelo Branco, o General Albuquerque, supostamente mais democrata do que o sucessor efetivo, o general de plantão Costa e Silva, depois assassinado e substituído por uma junta militar que assina o AI-5 e se deixa suceder por Garrastazu Médici, período mais tenebroso de nossa última ditadura.

Que acontece com a reflexão sobre a Língua Portuguesa neste período? Ela desaparece até como disciplina escolar, torna-se Comunicação e Expressão. Para carnavalizar a política linguística da ditadura, talvez possamos tomar como modelo maior de comunicação e expressão, encontrado na televisão, o bem sucedido Chacrinha! Ele continua balançando a pança e as

massas. “Quem não se comunica se trumbica”. Importa é comunicar; o resto não interessa. Muitos dos professores de hoje são produtos dos cursos do primeiro grau idealizados e realizados dentro dessa perspectiva comunicacional. Desde então, uma espécie de crise do ensino tradicional da gramática fica exposto: ferida não cicatrizada até hoje.

Não por acaso, de novo durante uma ditadura, temos uma liberalização linguística. Quando se tem uma concentração no poder, libera-se a fala, e o espírito gramatiquero de nossa cultura baixa a guarda.

A história nos mostra esta oscilação ambígua dos letrados: quando no poder, são os primeiros a se preocuparem com a língua, com sua correção, com sua unidade; quando alijados do poder, aproximam-se do povo e de seus modos de falar. Obviamente, são gerações distintas, não são sempre os mesmos intelectuais. O que importa ressaltar é essa constância no movimento histórico das elites brasileiras.

As consequências na história do ensino da língua são mais ou menos nítidas: durante o Império, as aulas régias contemplavam a língua como disciplina, e seu estudo se fazia comparativamente à língua latina. Mas eram poucos aqueles que chegavam às aulas, de modo que o período foi pouco significativo e a liberdade de linguagem ocorre entre nossos primeiros romancistas indigenistas. Na primeira república, as seletas de prosa e verso e as gramáticas povoaram as salas de aula. Durante a ditadura Vargas, se a intelectualidade pôde respirar alguma liberdade graças à atuação do ministro Capanema (nem todos, lembremos que Graciliano vai para a cadeia e Jorge Amado é perseguido), as salas de aula continuaram onde estavam: lendo textos seletos e aprendendo gramática. O ensino gramatical perdurará firme e solene até o advento da reforma de 1971, em plena ditadura militar. A única novidade foi a Nomenclatura Gramatical Brasileira de 1959, que padronizou a terminologia gramatical para os efeitos de ensino da língua (e continuamos até hoje a definir “pronomes como aquele que substitui o nome” sem termos a classe dos “nomes”).

A partir da reforma e com a introdução da disciplina “Comunicação e Expressão”, muda-se o objeto de estudo: elementos da teoria da comunicação passam a fazer parte do que se ensina e se aprende; busca-se a expressão criativa (há manuais de criatividade publicados nesta época!) e também entram para dentro da sala de aula os textos de leitura. A coleção de livros didáticos assinada por Magda Soares, “Português através de textos” indiciam

esta novidade nos objetos de trabalho de sala de aula. E muitos serão os gêneros acolhidos – não mais textos literários seletos, em prosa e verso – até mesmo histórias em quadrinhos. Um espanto para qualquer professor por acaso ainda vivo da primeira república!

2 Um período de interregno – O período da redemocratização

A continuidade desta oscilação poderia ter continuado na redemocratização. No primeiro ano de governo de Sarney, uma comissão nacional é nomeada para definir diretrizes para o ensino da língua portuguesa! Mas havia acontecido a Linguística e seus pecados originais (estudar a língua oral e considerar autoridade o falante, e não o escritor) e nesta linha histórica há um interregno. Acontece que com as cassações e perseguições políticas, e com a expansão das universidades, abriu-se um espaço para a presença no meio intelectual de convidados não previstos. Sobrou a grande liderança do Antônio Cândido, aberto às questões sociais. Mas a Universidade, após seu esvaziamento com as cassações, buscou sangue novo, que vem de outro lugar e o que se tem agora é a constituição de outra inteligência ou de intelectuais brasileiros fortemente vinculados aos estudos linguísticos, e não à cultura clássica, aos estudos filológicos ou aos estudos da crítica literária clássica. A maioria dos sobrenomes que povoam nossas bibliografias é de descendentes de imigrantes, de intelectuais procedentes dos níveis sociais ditos ‘inferiores’.

A Universidade expandida é tomada, em nossa área, pelos estudos das disciplinas linguísticas, que acabam ocupando um grande espaço nos Cursos de Letras, um grande espaço curricular, que traz consigo um conjunto de informações e perspectivas sobre a língua, levando a um conjunto de produção nas áreas de sociolinguística, gramáticas descritivas e, sobretudo, uma reação ao normativismo.

Felizmente, não há mal que sempre dure! Em 1982, tivemos a primeira eleição para governadores. Foi a primeira vez que a nossa geração votou para governador, a geração que nasceu nos anos 40. Temos o movimento das “Diretas já”, o processo de redemocratização que vai desaguar na eleição indireta do Tancredo e depois a presidência exercida pelo Sarney. Nesse período, temos uma espécie de abertura (política, mas não econômica).

Este momento da chamada redemocratização – um período de transição que vai de 1980 ao primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso –

encontra uma “intelectualidade” universitária diferente daquela de meados do século. Refugiada nas universidades, contava agora com o “respaldo” da pesquisa e do conhecimento dito científico. Este novo grupo, na maioria procedente de classes médias baixas, tinha sido beneficiado com a expansão do ensino superior (na rede privada), com o desenvolvimentismo nacionalista (inclusive na área da pesquisa), com a criação dos centros de excelência com mestrados e doutorados.

Agora temos uma “inteligência” universitária muito ligada à escola básica; em nossa área, praticamente desapareceram os estudos filológicos em benefício das pesquisas em linguística e um conjunto de estudos que tomam a obra literária como objeto mas que não restringia seus estudos à crítica literária tradicional, mas levantava novos temas como a leitura (envolvendo o outro que não o autor); a vida literária não se resumia mais à produção e às noites de autógrafos nos cafés: a circulação social do próprio livro é que interessa a esta nova inteligência.

Na Universidade, em nossa área, os estudos discursivos, enunciativos, pragmáticos passam a prevalecer a partir dos anos 1980. O período de redemocratização política veio encontrar a Universidade fervilhando de ideias, sem que houvesse uma posição hegemônica: estávamos nos processos de derrocada dos estudos estruturalistas, não havia um só modelo que merecesse o apoio de todos os pesquisadores. Os resultados das pesquisas sociolinguísticas, da análise da conversação, da linguística textual, dos estudos da língua oral, da análise do discurso, estavam todos apontando para outras perspectivas, totalmente distintas do normativismo.

É nesse contexto universitário que a política da redemocratização encontrará seus ‘intelectuais orgânicos’. Com a redemocratização, os governadores eleitos trouxeram para as secretarias intelectuais do meio universitário. O momento era de abrir as gavetas e ver que propostas havia. Eu lembro discussões com o Prof. Gadotti, que dizia que estávamos passando *da crítica à ação*, e a pergunta fundamental era: o que fazer agora? E essa era uma pergunta constante para todos nós. Muitas teses surgiram nesse contexto e sobre este contexto. Em São Paulo, na prefeitura, a Profa. Guiomar Namó de Mello assume a Secretaria de Educação, e promove estudos curriculares de que resultaram os Planos Curriculares, os primeiros elaborados após a redemocratização. Eles servirão posteriormente de modelo para os inúmeros

planos curriculares dos estados, a partir dos quais nascerão os Parâmetros Curriculares Nacionais.

Neste “período de transição”, muitas iniciativas buscavam alterar o processo de ensino. Em lugar de um “objeto” a ser estudado, propunha-se que o processo fosse de práticas linguísticas de leitura, de produção de textos e de reflexão sobre os recursos linguísticos disponíveis numa mesma língua, introduzindo, pela primeira vez a diversidade linguística como característica da língua, e não mais a uniformidade e a correção como lemas do processo de ensino e aprendizagem.

Talvez a expressão mais sucinta deste período de “interregno” político em que posições mais populares sobre a língua e a democratização andam juntas seja o fato de que toda a redemocratização se faz sob o “signo da participação”: são milhares de seminários, grupos de estudos, chamada de professores do chão da escola para opinar sobre propostas de ensino. A sociedade civil sai vitoriosa, inclusive no texto da Assembleia Nacional Constituinte (a Constituição de 1988).

Isto não se fez sem uma constante militância. Não só porque a elite pensou em intervir através da comissão de 1985 para definir as “diretrizes para o ensino da língua materna”, justificada na necessidade de “salvar” a língua pátria e sua pureza conspurcada pela intromissão da fala popular nos textos e nas escolas. São dessa época também, por exemplo, os Manuais de Redação de diferentes jornais – são inovadores, mas também freios ao avanço de novas formas de dizer e de escrever.

3 A proposta neoliberal: os Parâmetros Curriculares

Este movimento político-cultural de mobilização social, com discussões dos rumos do país em todos os seus aspectos – economia, saúde, educação, reforma agrária etc – pôs em evidência dois projetos distintos de sociedade: aquele preconizado por um desenvolvimento social alicerçado numa maior distribuição da riqueza e aquele preconizado pelo neoliberalismo de inclusão dependente do país nos processos de globalização. Este o divisor de águas no processo eleitoral de 1989, representado pelas candidaturas de Collor (com apoio da mesma burguesia que apoiara o golpe militar) e Lula (com apoio dos movimentos sociais).

Assim, com Collor, em 1990, o neoliberalismo inicia o processo econômico e político de abertura do mercado brasileiro para a globalização liderada pelos EEUU e o desmantelamento do estado de bem estar social que apenas começava a desenhar-se. As resistências foram poucas e o novo modelo vai-se aprofundando até chegar a seu auge no primeiro e segundo governos de Fernando Henrique Cardoso, aquele que pediu para que esquecessem tudo o que tinha escrito.

Qual proposta educacional traz este movimento? Além da privatização do mercado escolar – que no ensino superior já se iniciara nos governos militares – tratava-se de “avaliar” o sistema para torná-lo mais “eficaz e competente”, detectando seus gargalos, seus defeitos de modo a apontar para a sociedade quais as instituições que mereciam maior investimento porque eram mais produtivas em seus resultados⁶.

Como avaliar – organizar provas nacionais – se não havia uniformidade nos planos curriculares e no que se ensinava nas diferentes escolas brasileiras? Surgem então os PCNs, cujo próprio nome já confessa seu objetivo: parâmetros! Assim o projeto educacional neoliberal transformou os planos curriculares em parâmetros curriculares (parâmetros são formas de medida que exigem um tipo específico de ação, mas jamais um convite a ações de outra ordem).

Ora, as concepções de linguagem que iluminavam as propostas de muitos planos curriculares eram diametralmente opostas às necessidades de um “objeto de ensino definido” que precisa ser aprendido e devolvido como sabido nas provas de avaliação do sistema. Foi neste momento que surgiu o novo objeto de ensino da língua portuguesa. Do curto período (anos 1980-1995) de tentativas de centrar o ensino e a aprendizagem em práticas, passa-se, a partir de 1995, a estudar os gêneros do discurso, as esferas sociais de seus usos, suas características e a se cobrar que o aluno conheça “teoricamente” todas as esferas da comunicação e todos os diferentes gêneros que por elas tramitam, e demonstre este saber não só lendo as

6 Até hoje isto permanece, particularmente nos programas de pós-graduação, numa concentração de recursos dentro daqueles cursos que mostram “excelência”, invés de investir precisamente onde mais há necessidade! Que o digam as novas universidades e os minguados recursos destinados a seus programas de pós-graduação recém iniciados! CNPq, CAPES e outros órgãos financiadores funcionam como bancos comerciais: se você mostrar que tem recursos para garantir nossos investimentos, nós investimos em você! Experimente obter um empréstimo em qualquer banco sem mostrar suas garantias de pagamento...

materialidades textuais, mas também produzindo textos que funcionem de acordo com o previsto. Trata-se agora de dizer o que se quer, e aplicar provas para verificar se os alunos aprenderam ou não. E informa-se ao mercado onde estão se ‘formando’ os melhores.

Com base nas provas, organiza-se a hierarquização das instituições de ensino. Do ensino superior à escola básica. Há até ‘gratificações’ para professores quando sua escola atinge bons índices nestas avaliações. Esta é a proposta neoliberal. O mercado vai fechar as piores instituições ou elas próprias, como novas Fênix, se levantariam do chão pelas próprias forças como o Barão de Münchhausen se salva das areias movediças puxando os próprios cabelos...

Somente um governo que pensa a educação desta forma pode chamar um Pasquale Neto para fazer a Campanha do ENEM. Nada mais distante do que apregoam os PCNs de língua portuguesa do que o trabalho de Pasquale Neto!

Infelizmente, esta política somente vem se agravando ou aprofundando nos últimos anos, particularmente na escola básica. Hoje, o movimento “Todos pela Educação” (diferentemente do movimento “Educação para Todos” da década de 1980) frequenta diretamente os gabinetes do MEC, interfere no Plano Decenal de Educação e vende pacotes pedagógicos para as redes públicas de ensino: Alfa & Beto, Ensino Estruturado, Acelera, Apostilas do Positivo ou do Anglo, Sistema de Avaliação Mares Guia, Sistema Pitágoras e assim por diante.

Estamos mais uma vez num estado de direito, com uma constituição prevendo as formas do exercício do poder, com as formas de compartilhar este poder. Trata-se de um “estado de direito”, não de uma sociedade democrática. E neste Estado, eis que retorna na nossa cultura a preocupação com a linguagem, com a correção, com a gramática. Há uma gramaticalização dos gêneros; a imprensa cobra qualquer deslize ortográfico; a indicação da possibilidade de variação linguística num livro didático é execrada pela opinião publicada.

Seguindo a história, a história de como a “inteligência brasileira” sempre colocou a questão da linguagem, está mais uma vez na hora de calar o povo, porque não sabe falar. É preciso primeiro aprender a falar direito, aprender a escrever sem erros, para depois querer participar da riqueza e do poder.

Trata-se do poder e não é por acaso que nós, professores de Língua Portuguesa, estamos trabalhando em perspectivas discursivas, enunciativas etc. Estamos novamente caindo na resistência, porque o projeto dos próximos anos, que só poderão ser avaliados daqui a muitos anos, vai ser o ensino de gramática, e o ensino da gramática tradicional como uma forma de exclusão dos sujeitos falantes, uma forma de seleção e exclusão de sujeitos num Estado de direito, quando a “inteligência brasileira”, os intelectuais brasileiros alteram os seus vínculos de classe, e retornam ao bom abrigo de sua pertença de classe. Sobrarão resistências?

As coisas jogadas fora por motivo de traste
são alvo de minha estima.
Prediletamente latas.
Latas são pessoas léxicas pobres porém concretas.
Se você jogar na terra uma lata por motivo de
traste: mendigos, cozinheiras ou poetas podem pegar.
Por isso eu acho as latas mais suficientes, por
exemplo, do que as ideias.
Porque as ideias, sendo objetos concebidos pelo
espírito, elas são abstratas.
E, se você jogar um objeto abstrato na terra por
motivo de traste, ninguém quer pegar.
Por isso eu acho as latas mais suficientes.
A gente pega uma lata, enche de areia e sai
puxando pelas ruas moda um caminhão de areia.
E as ideias, por ser um objeto abstrato concebido
pelo espírito, não dá para encher de areia.
Por isso eu acho a lata mais suficiente.
Ideias são a luz do espírito – a gente sabe.
Mas elas inventaram a bomba atômica, a bomba
atômica, a bomba atôm.....
.....Agora
eu queria que os vermes iluminassem.
Que os trastes iluminassem.
(Manoel de Barros, Teologia do Traste)

GERALDI, João Wanderley. A ambiguidade dos letrados e o ensino da língua materna no Brasil. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n.5, p. 108-121, dez.2013.

REFERÊNCIAS

BARROS, Manoel. **Poemas Rupestres**. São Paulo: Record, 2004.

MARQUES, José Geraldo. **Imprensa e resistência negra: o projeto integracionista em discursos do Getulino**. Tese de doutoramento em Linguística, Unicamp, 2008.

RAMA, Angel. **A cidade das Letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOARES, Magda. Português na escola: história de uma disciplina curricular. **Revista de Educação AEC**, v. 101, out/dez, 1996, p. 9-26.